

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

MACÁRIO NERI FERREIRA NETO

**POLÍTICA PÚBLICA PARA GERAÇÃO DE RENDA: Uma
análise sobre o programa de microcrédito produtivo orientado de uma
instituição financeira de Mossoró (RN)**

**Recife
2018**

MACÁRIO NERI FERREIRA NETO

**POLÍTICA PÚBLICA PARA GERAÇÃO DE RENDA: Uma
análise sobre o programa de microcrédito produtivo orientado de uma
instituição financeira de Mossoró (RN)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Gestão Pública para o
Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal
de Pernambuco. Linha de Pesquisa: Instituições e
Políticas Públicas

Orientador: Prof.º Dr. Marcos Roberto Gois de Oliveira.

**Recife
2018**

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

F383p	Ferreira Neto, Macário Neri Política pública para geração de renda: uma análise sobre o programa de microcrédito produtivo orientado de uma instituição financeira de Mossoró (RN) / Macário Neri Ferreira Neto. - 2018. 57 folhas: il. 30 cm. Orientador: Prof. Dr. Marcos Roberto Gois de Oliveira. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2018. Inclui referências e apêndices. 1. Microcrédito. 2. Empreendedorismo. 3. Geração de renda. I. Oliveira, Marcos Roberto Gois de (Orientador). II. Título. 351 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2018 – 150)
-------	--

MACÁRIO NERI FERREIRA NETO

**POLÍTICA PÚBLICA PARA GERAÇÃO DE RENDA: Uma
análise sobre o programa de microcrédito produtivo orientado de uma
instituição financeira de Mossoró (RN)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Gestão Pública para o
Desenvolvimento do Nordeste da
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovada em: 25/09/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Roberto Gois de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Charles Ulises de Montreuil Carmona (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Júlio Pereira de Araújo (Examinador Externo)
Universidade de Pernambuco

Dedico este trabalho à minha esposa Kézia Lima pelo apoio, e meus filhos Miguel, Gabriela, André e Isabella, por entenderem as minhas ausências em momentos de suas vidas e pela torcida para vencer os desafios que se apresentaram nessa jornada.

A minha prima Joésia Pacheco, que sem seu apoio jamais teria chegado nesse momento.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que com a sua presença em nossas vidas nada é impossível.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Roberto Gois de Oliveira, pelas orientações e paciência ao longo desta trajetória.

A minha mãe e irmãos pelo apoio e incentivo.

A minha avó Lourdes (*in memoriam*) que muito me ajudou no início de minha caminhada acadêmica.

Aos colegas da turma, aos funcionários e docentes do Mestrado em Gestão Pública pelo apoio e consideração, que muito contribuíram nessa minha caminhada acadêmica.

E a todos, que de alguma forma, contribuíram para esta conquista de mais um grau de conhecimento, na minha carreira acadêmica, deixo aqui o meu agradecimento!

RESUMO

De acordo com o Sebrae, estima-se que no Brasil exista quase 24 milhões de empreendedores, destacando-se a grande maioria no mercado informal. Por outro lado, há uma grande dificuldade de se conseguir crédito, seja para investimentos, seja para capital de giro. Para combater a complexidade da concessão do crédito para os micros e pequenos empresários, foi criado o microcrédito produtivo orientado, no âmbito do ministério do Trabalho e Emprego. Essa linha de crédito já disponibilizou mais de 11 bilhões de reais e tem sido uma importante ferramenta de combate à pobreza e geração de renda. Ciente disso, a pesquisa definiu como objetivo geral demonstrar o perfil socioeconômico dos microempreendedores beneficiados pelo programa de microcrédito produtivo orientado, disponibilizado por uma instituição financeira para microempreendedores residentes no município de Mossoró – RN. Para tornar viável seu desenvolvimento, este trabalho foi realizado por meio da construção de dois artigos, estando o primeiro preocupado a conhecer o perfil dos microempreendedores sob a ótica do tomador de crédito, e o segundo, objetivando demonstrar o perfil e eficácia dos créditos concedidos. Foram estudados um universo de 111 beneficiários da instituição financeira, com operações em ser e ativas no mês de setembro de 2017. Os dados foram coletados por meio de dados primários fornecidos pela instituição, para alcance dos resultados foi utilizada a estatística descritiva, no primeiro momento com o uso do aplicativo Excel 2013, da Microsoft®, e no segundo momento, com o uso do aplicativo SPSS® Statistics da IBM®, versão 24, onde os dados coletados foram examinados por estatísticas descritivas de frequência e tabela de referência cruzada. Como resultados dessa pesquisa, constatou-se que a maioria dos beneficiários são do gênero feminino, com uma preponderância de solteiros e uma maioria quase absoluta na informalidade. Quanto ao crédito a maioria declarou que não houve dificuldades para conseguir o empréstimo, também restou verificado que o crédito contribuiu para a melhoria de vida e renda dos beneficiários.

Palavras-chave: Microcrédito. Empreendedorismo. Microempreendedores. Geração de Renda. Política Pública.

ABSTRACT

It is estimated that in Brazil almost 24 million entrepreneurs, standing out the great majority in the informal market. On the other hand, there is a great difficulty in obtaining credit, either for investments or for working capital. In order to combat the complexity of the credit granting for micro and small entrepreneurs, a targeted microcredit was created within the scope of the Ministry of Labor and Employment. This line of credit has already provided more than 11 billion reais and has been an important tool for combating poverty and generating income. Aware of this, the research aimed to demonstrate the socioeconomic profile of the microentrepreneurs benefited by the targeted productive microcredit program, provided by a financial institution for microentrepreneurs resident in the municipality of Mossoró - RN. In order to make its development viable, this work was carried out through the construction of two articles, the first of which was concerned with the profile of microentrepreneurs from the viewpoint of the borrower, and the second, aiming to demonstrate the profile and effectiveness of the loans granted. It was studied a universe of 111 beneficiaries of the financial institution, with operations to be and active in the month of September 2017. The data were collected through primary data provided by the institution, to reach the results was used the descriptive statistics, at the first moment with the use of the Microsoft® Excel 2013 application, and secondly, using the IBM® SPSS® Statistics application, version 24, where the collected data was examined by descriptive statistics of frequency and cross-reference. As results of this research, it was found that the female gender as the majority of the beneficiaries, with a preponderance of singles and an almost absolute majority in informality. Regarding the credit, the majority stated that there were no difficulties to obtain the loan, it was also verified that the credit contributed to the improvement of the beneficiaries' lives and income.

Keywords: Microcredit. Entrepreneurship. Micro-entrepreneurs. Income Generation. Public policy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de gênero dos pesquisados	30
Tabela 2 – Faixa Etária	30
Tabela 3 – Estado Civil	31
Tabela 4 – Setor de Atividade	31
Tabela 5 – Finalidade do Empréstimo	32
Tabela 6 – Valores das operações	32
Tabela 7 – Adimplência	33
Tabela 8 – Perfil dos microempreendedores – predominância	33
Tabela 9 – Ramos de Atividades	49
Tabela 10 – Localização do empreendimento	49
Tabela 11 – Aumento da renda familiar	50
Tabela 12 – Melhoria da condição de vida	50
Tabela 13 – Dificuldade na obtenção do crédito	51
Tabela 14 – Valores e prazos	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GEM	Global Entrepreneurship Monitor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
MPO	Microcrédito Produtivo Orientado
PIB	Produto Interno Bruto
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UNO	União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	12
1.1 Objetivos.....	13
1.2 Justificativa.....	13
1.3 Estrutura da Pesquisa.....	14
2 O PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM MOSSORÓ (RN).....	16
2.1 Introdução	17
2.2 Referencial Teórico.....	18
2.2.1 Empreendedorismo.....	18
2.2.2 Empreendedores e beneficiários do MPO no Brasil em números	20
2.2.3 Microfinanças e o Microcrédito	20
2.2.4 Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)	24
2.3 Procedimentos Metodológicos	26
2.4 Análise dos Resultados	27
2.5 Considerações Finais	32
REFERÊNCIAS	33
3 O MICROCRÉDITO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE A POBREZA: O CASO DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM MOSSORÓ (RN)	36
3.1 Introdução	37
3.2 Referencial Teórico.....	38
3.2.1 Microcrédito	38

3.2.2 Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO.....	40
3.2.3 Microcrédito no Brasil: alguns dados importantes	42
3.2.4 Microcrédito como política pública.....	42
3.2 Procedimentos Metodológicos	44
3.4 Análise dos Dados	45
3.5 Considerações Finais	49
REFERÊNCIAS	50
APENDICE A - Questionário.....	55

1 INTRODUÇÃO GERAL

Os microempreendedores estão entre os principais motores da economia do país, responsáveis pela maioria dos postos de trabalho e de muita importância para geração de renda. Ao final de 2016, haviam 22 milhões de trabalhadores por conta própria no Brasil, demonstrando a importância dessa categoria (SEBRAE, 2017). Devido à crise econômica que teve início em meados de 2014, muitas pessoas perderam seus empregos e um dos caminhos buscados foi empreender, ter seu próprio negócio mesmo que forçados pela necessidade de ganhar alguma renda (GEM, 2017). Embora para alguns a pesquisa em empreendedorismo seja relativamente nova, as ideias pioneiras sobre o termo não são, provavelmente a função é tão antiga como a atividade comercial, no entanto, este conceito não era discutido. Somente a partir da evolução dos mercados econômicos, os estudiosos se interessaram pelo evento (VERGA; SILVA, 2014).

Montar o próprio negócio é o quarto sonho mais recorrente entre os brasileiros, 34,5% deles pretendem empreender. Desta maneira, o microcrédito torna-se uma alternativa para aqueles que tem um espírito empreendedor, desejosos de mudar de vida, porém, sem o conhecimento e recursos para abrir um pequeno empreendimento (SEBRAE, 2017).

No entanto, dentre as dificuldades do microempreendedor encontra-se o acesso ao crédito, seja para capital de giro ou para investimentos em equipamentos ou maquinários. Isso é corroborado pela pesquisa GEM 2017, onde 58,6% dos empreendedores consideraram a dificuldade de acesso a recursos financeiros como fator limitante para abertura e manutenção dos seus empreendimentos. O microcrédito, cuja metodologia foi desenvolvida por Yunus em Bangladesh, onde o microcrédito é direcionado para as populações pobres ou muito pobres, caracterizadas pela absoluta falta de acesso a crédito.

No Brasil, o microcrédito foi regulamentado pela Lei 11.110/2005 que criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, e desde então, conforme o relatório do Ministério do Trabalho (BRASIL, 2015), já foram realizadas mais de 26,5 milhões de operações de microcrédito, atendendo mais de 26,8 milhões de clientes, com um volume concedido superior a R\$ 59 bilhões, demonstrando mais uma vez a importância desse segmento.

Nesse conceito financeiro, o microcrédito se caracteriza como uma política de combate à pobreza e desenvolvimento dos micros empreendimentos, e não somente como uma política de financiamento pelas instituições financeiras.

De acordo com Cacciamali (2005), os programas de desenvolvimento de pequenas e microempresas e de atividades por conta própria visam principalmente fortalecer esses

negócios, que muitas vezes se encontram inseridas no setor informal da economia. Neste contexto, este trabalho é uma tentativa de um melhor entendimento acerca dos micros empreendimentos que se beneficiaram com o microcrédito de uma instituição financeira.

Conforme ao exposto, a presente pesquisa procurou responder o seguinte questionamento: o microcrédito, como política pública, exerce seu objetivo de melhorar as condições de vida dos beneficiários mossoroenses da instituição pública objeto do estudo?

1.1 Objetivos

Assim sendo, este trabalho teve como objetivo principal, com base em informações bibliográficas e documentais, demonstrar, a eficácia do programa de geração de renda dos beneficiários do programa de microcrédito produtivo orientado disponibilizado pelo banco público para microempreendedores residentes no município de Mossoró (RN). Como objetivos específicos:

- a. comparar o perfil econômico dos beneficiários objeto da pesquisa com os dados encontrados em outros trabalhos;
- b. verificar a adimplência dos empréstimos do microcrédito produtivo orientado concedidos pela instituição financeira;
- c. apresentar o perfil social dos beneficiários objeto da pesquisa apresentando um retrato dos micros empreendimentos investigados neste trabalho; e
- d. analisar as condições e dificuldades dos empréstimos concedidos na ótica dos beneficiários.

1.2 Justificativa

Os milhões de empreendedores que buscam, possuem ou pretendem ter seu próprio negócio, que necessitam de recursos financeiros para fortalecer suas atividades, buscando a perenidade de seus negócios, veem os valores envolvidos no microcrédito produtivo orientado os recursos necessários para seu empreendimento, essa perspectiva já é suficiente para o desenvolvimento de estudos na área.

Pesquisas que buscam verificar a eficácia dos empréstimos nos empreendimentos tendem a contribuir para um maior conhecimento considerando que “a maior parte dos estudos analisados revela impacto positivo sobre a renda das famílias, e impacto positivo sobre o

faturamento e o nível de emprego das micro e pequenas empresas (CACCIAMALI; CHAHAD; TATEI, 2008, p.162).

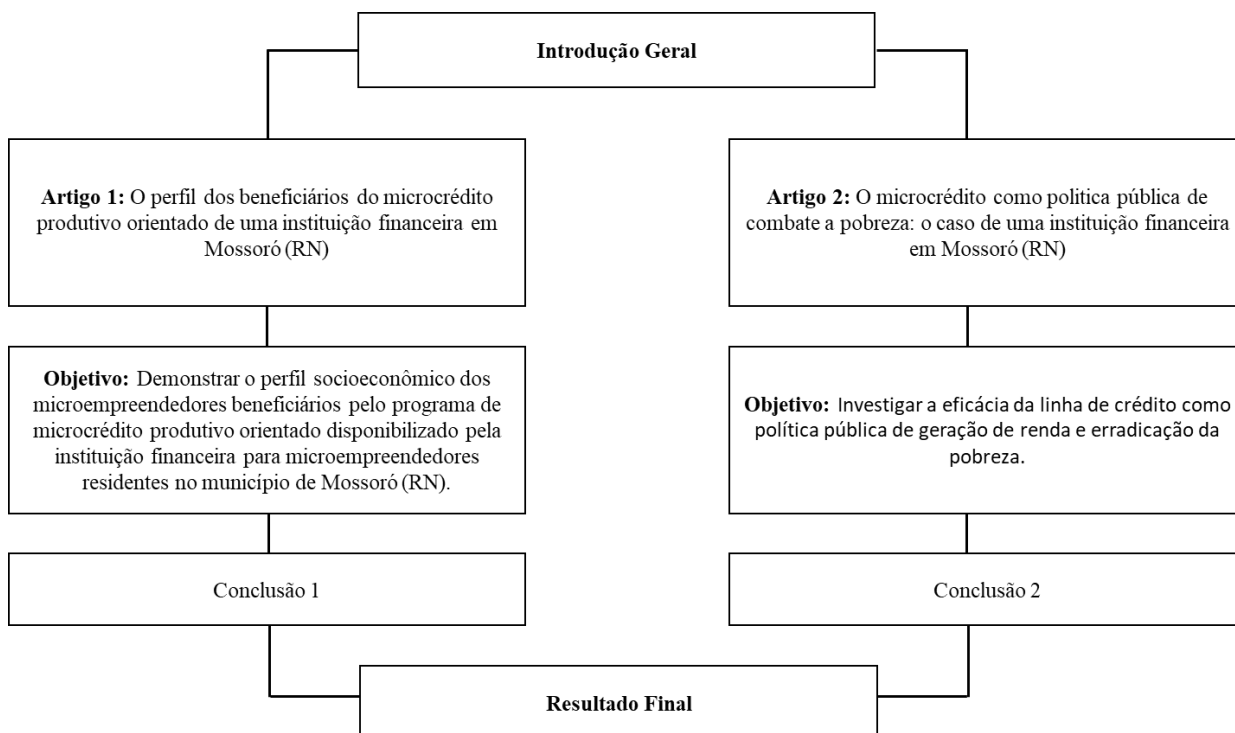
As informações financeiras e o público estavam disponíveis, o que facilitou uma busca em responder à questão do trabalho.

A importância e relevância das micro e pequenas empresas na economia é referência para investigações acadêmicas. O interesse na exploração é reforçado pelo fato do interior nordestino possuir uma economia pouco industrializada, nesse contexto as iniciativas empresariais configuram-se importante para a região.

1.3 Estrutura da Pesquisa

O presente estudo seguirá a estrutura apresentada na Figura 1:

Figura 1 - Estrutura do trabalho



Fonte: Elaboração própria.

Inicialmente foi definida uma introdução geral, que buscou explanar de forma ampla o desenvolvimento da pesquisa, estabelecendo por meio da literatura estudada, o problema de pesquisa, definindo também o objetivo geral, os objetivos específicos desenvolvidos para o alcance do referido objetivo geral, como também, a justificativa para a existência deste trabalho.

Adiante, por meio da observação aos objetivos específicos, foram desenvolvidos em formatos de artigos, pondo em prática o que foi definido neles. Dessa forma, cada objetivo específico compôs um artigo, que por sua vez, assumiu o papel de capítulo desta dissertação.

Posteriormente ao desenvolvimento de cada capítulo foram emitidas conclusões acerca de cada objetivo proposto, e, por meio da interação dessas conclusões, o alcance do objetivo geral, elencado no resultado final.

2 O PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM MOSSORÓ (RN)

RESUMO

No Brasil estima-se em quase 24 milhões o número de empreendedores, e em sua maioria, se encontram no setor informal da economia. Sendo assim, a dificuldade de se conseguir crédito é grande e o microcrédito produtivo orientado se mostra uma importante ferramenta para geração de renda e para o desenvolvimento desses negócios. Com esse trabalho objetivou-se demonstrar o perfil socioeconômico dos microempreendedores beneficiários pelo programa de microcrédito produtivo orientado disponibilizado pela instituição financeira para microempreendedores residentes no município de Mossoró (RN). O presente estudo foi realizado a partir da utilização de literatura sobre assunto abordado bem como a análise realizada de uma amostra representada por 111 pessoas físicas beneficiadas do crédito, com operações ativas, mediante análise dos dados fornecidos pela instituição. Constatou-se que o público pesquisado tem uma maioria do sexo feminino, são preponderantes os solteiros e a maioria quase absoluta se encontra na informalidade. Quanto a adimplência se verificou valores e percentuais elevados de operações em atraso.

Palavras-chave: Microcrédito. Empreendedorismo. Microempreendedores.

ABSTRACT

In Brazil, the number of entrepreneurs is estimated at almost 24 million, most of them being in the informal sector of the economy. Thus, there is a great difficulty in obtaining credit, making oriented productive microcredit an important tool for income generation and for the development of these businesses. This study aimed to know and analyze the profile of micro entrepreneurs and verify the beneficiaries' adherence to the Oriented Productive Microcredit of a financial institution in the city of Mossoro (RN). The present study was carried out based on the literature on subject matter as well as the analysis of a sample represented by 111 beneficiaries of the credit, with active operations, by analyzing the data provided by the institution. It was found that the surveyed public has a majority of females, singles are predominant, and most are found in informality. As for the default rates, there were high values and percentages of overdue transactions.

Keywords: Microcredit. Entrepreneurship. Microentrepreneurs.

2.1 Introdução

Na metade do século passado, governos e instituições do mundo inteiro começaram a apoiar iniciativas de fortalecimento de crédito em larga escala para os menos favorecidos que não tinham acesso ao crédito disponível no sistema financeiro. No Brasil não foi diferente, em meio a elevada exclusão social e ao sistema de acumulação financeira capitalista, surge o microcrédito como alternativa de contribuir para o combate à pobreza e fortalecer a geração de renda entre os mais pobres (NERI, 2008; RODRIGUES et al, 2015).

O presente artigo busca analisar a oferta do microcrédito, derivando de dados de caráter primário coletados junto a instituição financeira objeto do estudo, explorando variáveis qualitativas que representem o perfil socioeconômico dos beneficiários do programa. Tais variáveis utilizadas foram: gênero, idade, estado civil, setor de atividade, finalidade do crédito, valores dos empréstimos e adimplência. O assunto foi escolhido por estar entre as políticas públicas do governo federal, que objetivam incrementar a criação de renda e trabalho, ofertando recursos para as operações de microcrédito e oferecendo apoio técnico às instituições envolvidas.

Assim sendo, este trabalho tem como objetivo principal, com base em informações bibliográficas e documentais, demonstrar o perfil socioeconômico dos microempreendedores beneficiários pelo programa de microcrédito produtivo orientado disponibilizado pela instituição financeira para microempreendedores residentes no município de Mossoró (RN).

Como objetivos específicos: comparar o perfil econômico dos beneficiários objeto da pesquisa com os dados encontrados em outros trabalhos; e verificar a adimplência dos empréstimos do microcrédito produtivo orientado concedidos pela instituição financeira.

Além da introdução, o artigo está dividido em quatro partes. Na primeira apresentará os principais conceitos relativos ao empreendedorismo, microfinanças e do microcrédito. Este estudo é pertinente para a microfinanças, pois estudos sobre programas de transferência de renda que permite a inclusão de micros e pequenos empreendedores ao mercado de trabalho, fomentando a independência financeira e incentivando a produção de mercadorias e serviços, estimulam o interesse de instituições dos mais diversos setores. Na parte seguinte será detalhada sua metodologia. A terceira parte é destinada à análise do programa de microcrédito, onde serão apresentadas as análises do perfil e adimplência deste programa. Por fim, são feitas as considerações finais do presente estudo.

Deste modo, a intenção da pesquisa é demonstrar, além da contribuição teórica, o perfil dos tomadores de crédito do programa em relação a oferta do produto. A condição de

“empreendedor” neste estudo compreende as categorias de trabalhadores por conta própria e empregadores, independentes de serem formalizados ou não.

Nessa conjuntura, é possível perceber a pertinência do tema e a possibilidade de que o mesmo seja estudado, pesquisado e analisado diante de suas variáveis e diversidades, assim como seu impacto social e econômico no país, contribuindo com a mudança da situação econômica da população que está à margem da sociedade.

Também é importante salientar que essa pesquisa serve de base para futuras investigações, aumentando o campo de estudo para outros municípios ou regiões. Diante dessa realidade surge a seguinte questão: qual o perfil dos micro e pequenos empreendedores atendidos pelo microcrédito produtivo orientado – MPO de uma instituição financeira no município de Mossoró (RN)?

2.2 Referencial Teórico

Para responder aos objetivos propostos, o referencial teórico apresenta primeiramente uma discussão sobre conceitos de empreendedorismo e do processo empreendedor. Em seguida, caracteriza-se o microcrédito e o microcrédito produtivo orientado.

2.2.1 Empreendedorismo

É notável o espaço ganho pelo empreendedorismo em estudos acadêmicos nos últimos anos. Trata-se de um assunto com penetrabilidade em várias correntes de pensamentos e de caráter multidisciplinar. Como bem Verga e Silva (2014 p. 10) fala, “as visões multidisciplinares das raízes epistemológicas da compreensão do fenômeno empreendedorismo possibilita observar a constituição de uma sólida base teórica do assunto”.

Por outro lado, a globalização, as crises financeiras e as alterações nas relações de trabalho fazem com que pessoas partam para áreas inexploradas, dando importância às ideias e sonhos, criando e gerindo o próprio negócio, a própria empresa. Em vista disso, para as pessoas se faz necessário empreender, que significa conseguir ou tentar fazer (algo muito difícil). Na concepção de Baggio e Baggio (2014, p. 26) “o empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação”. O empreendedorismo transforma realidades, colocando em prática novas ideias motivadas pelo desejo de auto realização e independência financeira.

Na visão de Shane e Venkataraman (2000), o empreendedorismo é conceituado como a exploração das fontes das oportunidades para criar algo novo, um novo mercado, novos processos de produção ou matérias-primas e um processo de descoberta, pesquisa e avaliação por pessoas que descobrem, avaliam e exploram essas coisas novas usando diferentes meios para alcançar o objetivo. Complementando, “um empreendedor nada mais é do que uma pessoa na qual está em um negócio por conta própria; ele organiza, administra e assume o risco da gestão do empreendimento” (RODRIGUES et al, 2015 p. 1009).

Para Baggio e Baggio (2014, p. 26), “o bom empreendedor, ao agregar valor aos produtos e serviços, está permanentemente preocupado com a gestão de recursos e com os conceitos de eficiência e eficácia”. Portanto, o empreendedorismo é relevante e fundamental para a formação de riquezas dentro de uma região ou de uma nação, pois promove o crescimento social e econômico da comunidade, melhorando as condições de vida da população, sendo de grande importância para a geração de empregos e renda

Montar o próprio negócio é o quarto sonho mais recorrente entre os brasileiros, 34,5% deles pretendem empreender. A iniciativa perde para os planos de viajar pelo Brasil, comprar a casa própria e comprar um automóvel. Por outro lado, o objetivo de seguir carreira em uma empresa é menos comum: apenas 22,7% dos brasileiros declaram essa ambição (SEBRAE, 2017). Como também, segundo a pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2017) aplicada no Brasil, 41,3% dos entrevistados afirmam conhecer pessoalmente alguém que começou um novo negócio nos últimos 2 anos. Ter o próprio negócio é o sonho de expressiva parcela de brasileiros (31,7%), ainda de acordo com a pesquisa, a aptidão para empreender, ou seja, o percentual da população adulta brasileira que se julga com o conhecimento, a habilidade e a experiência necessárias para iniciar um novo negócio, alcançou 75,9%.

A importância e relevância das micro e pequenas empresas na economia é referência para estudos e pesquisas. De acordo com o IBGE, entre 2001 e 2014, o número de empreendedores no país cresceu 22%, passando de 20,4 milhões para 24,9 milhões de pessoas. (SEBRAE, 2017). Demonstrando por si só a importância deste grupo na economia do país.

Empreendedorismo é uma “questão que deve ser abordada para entender a importância da concessão do crédito, pois é para os empreendedores que o crédito é direcionado” (BASSAN; BECK, 2016 p. 38).

Portanto, é preciso acreditar que o empreendedorismo é um caminho para o avanço social e econômico de uma região e, portanto, o empréstimo concedido aos empreendedores pode ser decisivo para muitas pessoas adentrarem no mercado de trabalho, tornando-se donos dos próprios negócios e geradoras de seus próprios rendimentos.

2.2.2 Empreendedores e beneficiários do MPO no Brasil em números

Conforme o SEBRAE (2017) estima-se que o Brasil, em 2014, tinha cerca de 25 milhões de empreendedores. Eles se dividem em empresários, potenciais empresários e produtores rurais, e respondem por parte considerável do Produto Interno Bruto brasileiro.

Ainda de acordo com a mesma entidade, o número de mulheres empreendedoras representa 32% do total, quanto a idade média do empreendedor brasileiro é de 44,7 anos. É formado principalmente por indivíduos que tem entre 35 e 44 anos (25%) e 45 e 54 anos (25%). Logo depois estão os que tem entre 25 e 34 anos (19%). Os mais jovens, que tem entre 18 e 24 anos, representam apenas 5% do total. Dos quase 25 milhões de empreendedores existentes no país, 51% se declararam negros e 48% se declararam brancos. O 1% restante representa a categoria “Outros”, que inclui predominantemente os amarelos, os indígenas e os que não declararam sua raça/cor.

Em média os empreendedores tinham 7,9 anos de estudo. Quando consideradas as faixas de escolaridade, observa-se que em torno de 1/3 do total possuía apenas ensino fundamental incompleto. Por outro lado, 46% já possuíam grau maior de escolaridade, sendo que 30% tinham ensino médio completo ou incompleto e 16% ensino superior incompleto ou mais (SEBRAE, 2017).

Conforme trabalho publicado por Pereira e Souza (2017, p. 132), “quanto à distribuição dos clientes por gênero, as mulheres representam 62,05% dos clientes ativos no final de 2013”, corroborando com a pesquisa de Rodrigues et al (2015) que mostrou no seu trabalho que a maioria, 66%, dos clientes beneficiados pelo MPO é do sexo feminino.

Quanto a situação do empreendimento, 97,47% exerciam uma atividade informal (PEREIRA; SOUZA, 2017), no mesmo sentido Rodrigues et al (2015), mostra no seu trabalho que tal atividade é, na maioria das vezes, informal, representado por 64% dos entrevistados na pesquisa.

Com referência a finalidade do crédito, a grande maioria dos beneficiários de microcrédito (83,36% do total) demandou o empréstimo para a composição/recomposição do capital de giro (PEREIRA; SOUZA, 2017).

2.2.3 Microfinanças e o Microcrédito

O conceito de microfinanças apresenta-se como a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluídas do

sistema financeiro tradicional. Esses serviços financeiros podem ser crédito, conta corrente, poupança ou seguros, entre outras coisas (BARONE et al, 2002; CACCIAMALLI; MATOS; MACAMBIRA, 2014).

Conforme Ribeiro e Carvalho (2006, pp. 48-49):

As microfinanças desempenham, simultaneamente, duas importantes funções: i) atendem aos anseios e às necessidades da população de baixa renda com relação aos serviços financeiros, fornecendo produtos adequados a seu perfil e, ii) servem de fonte de financiamento à carteira de microcrédito e ao desenvolvimento institucional das instituições de microfinanças.

É na área das microfinanças que está inserido o microcrédito, responsável pela concessão de empréstimos com valores reduzidos a pequenos empreendedores para destinação específica, como investimento e capital de giro, em atividades produtivas. Atuando como meio de garantir a inclusão financeira da sociedade de baixa renda, incentivando o surgimento de novos micros e pequenos empreendimentos.

Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor destinado a microempreendedores populares, formais ou informais com atividades produtivas de pequeno porte, sem acesso ao sistema financeiro tradicional e com intuito de gerar trabalho e renda, sendo concedido através de uma metodologia específica (BARONE et al, 2002; NERI, 2008). É o resultado da experiência ousada de um professor de economia de Bangladesh, Muhammad Yunus, que, na década de 1970, colocou em funcionamento naquele país um banco privado que realizava operações de empréstimos de baixo valor a pessoas pobres, o Grameen Bank. (YUNUS; JOLIS, 2011).

Segundo Neri (2008, p. 29):

Microcrédito são os empréstimos de baixo valor concedidos a pessoas de baixa renda. O microcrédito se encaixa no campo das microfinanças e envolve o fortalecimento de crédito a clientes não atendidos pelo setor bancário tradicional, abarcando apenas o setor de empréstimos, esses empréstimos têm como alvo os clientes microempreendedores.

No entendimento de Yunus e Jolis (2011), o microcrédito é direcionado para as populações pobres ou muito pobres, caracterizadas pela absoluta falta de acesso a crédito. Nesse conceito financeiro o microcrédito se caracteriza como uma política de combate à pobreza, e não somente como uma política de financiamento pelas instituições financeiras. Propagou-se no mundo a ideia do microcrédito e dos benefícios que sua implementação traz para a economia mundial.

Para entender um pouco mais desse assunto, estudos revelam que o microcrédito teve seu início na Europa no século XIX, quando houve o surgimento de cooperativas de créditos que tinham como finalidade ajudar populações de baixa renda a poupar e conseguir crédito. Surgiu na Alemanha em 1846 e faz parte da indústria micro financeira que existe para ocupar o nicho de empreendedores, na maioria das vezes informais. O Microcrédito já atua em vários países e tem sido uma experiência muito rica e bem-sucedida e surge como uma opção de serviço financeiro em prol de objetivos sociais específicos, propondo ações que não visem apenas à filantropia, mas a possibilidade de prover aos pequenos empreendedores condições de exercer seu próprio negócio e gerar sua própria renda, auxiliando camadas sociais pobres a sair da extrema pobreza no mundo todo (ARAÚJO; LIMA, 2014; NERI, 2008; RIBEIRO; CARVALHO, 2006).

Além do Grameen Bank, algumas das instituições pioneiras na tentativa de fornecimento de crédito sustentável aos mais pobres foram o Bank Dagang Bali, o Badan Kredit Desa, a Self Employed e as participantes da Acción International da América Latina (RIBEIRO; CARVALHO, 2006).

Como resultado de iniciativa da organização internacional Acción, em parceria com entidades empresariais e instituições financeiras regionais e empresariado, surge a experiência da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações - UNO, implantada no ano de 1973, sendo a iniciativa pioneira de organizações não-governamentais (ONGs) puramente privadas. Pode-se entender que, em sua origem, a atividade de microcrédito foi desenvolvida no Brasil por esse tipo de organizações. (MEZZERA; GUIMARÃES, 2003; RUAS et al, 2015).

Conforme Ruas et al. (2015, p. 14):

A partir dos anos 1970, quando políticas para o setor informal passaram a ser foco de atenção no debate econômico do Brasil, o microcrédito passa a ser entendido como empréstimo de pequena quantia a pessoas envolvidas com atividades produtivas, sendo o apoio creditício vinculado a ações de acompanhamento, orientação e qualificação.

A UNO financiou milhares de pequenos empreendimentos em Pernambuco e na Bahia. Formou dezenas de profissionais especialistas em crédito para o setor informal e durante muitos anos foi a principal referência para a expansão dos programas na América Latina. Seu protagonismo e iniciativa rendeu vários estudos que hoje fazem parte da literatura brasileira sobre o setor informal da economia e ainda hoje é citação comumente utilizadas em trabalhos sobre políticas para o setor informal e programas de microcrédito e geração de renda (ARAÚJO; LIMA, 2014).

O objetivo do microcrédito é levar crédito para as pessoas que ainda não tiveram acesso às instituições financeiras formais, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais com geração de ocupação e renda e inserir os microempreendedores no mercado formal. O microcrédito é a modalidade de financiamento direcionada a negócios de pequeno porte. A sua intenção é viabilizar oportunidades de negócios em camadas sociais de menor renda.

Nesse sentido, “o microcrédito é abordado não como tema exclusivamente econômico, mas como um programa governamental que representa um projeto de caráter social implantado via mercado financeiro” (MIGUEL, 2012, p.1). Já que o microcrédito na sua gênese engloba a auto sustentabilidade do programa financeiro, garantida pelo reembolso dos valores cedidos a que acresce uma determinada remuneração, ou taxa de juros, que permite que a instituição suporte seus custos operacionais (BERNARDINO; SANTOS; VICENTE, 2017).

No trabalho de Cacciamalli, Matos e Macambira, (2014, p.18), os autores afirmam que:

As instituições de microcrédito ou microfinanças atuam entre os limites de programas sociais de combate à pobreza parcialmente ou largamente subsidiados, nunca completamente subsidiados, e programas totalmente autossustentáveis financeiramente que fomentam a criação e expansão de pequenos negócios economicamente viáveis.

Para Bassan e Beck (2016, p.37) “o crédito atua como um viabilizador de oportunidades, na medida em que por si só não gera oportunidades, mas provê meios para que isso aconteça”. Já para Rodrigues et al, (2015, p. 1010) “o microcrédito pode ser um pontapé inicial para muitos se tornarem donos do seu próprio negócio”.

O Microcrédito, conforme Neri (2008, p. 33):

Promove uma espécie de choque de capitalismo nos pobres, permitindo aos desprovidos de dinheiro, o acesso ao capital produtivo. Com recursos e confiança, o pobre consegue realizar investimentos que podem servir de porta de saída estrutural da pobreza.

Desta maneira, o microcrédito torna-se uma alternativa para aqueles que tem um espírito empreendedor, desejosos de mudar de vida, porém, sem o conhecimento e recursos para abrir um pequeno empreendimento. Nesse contexto, para Barone et al (2002, p.11):

O impacto social do microcrédito, embora de difícil mensuração, é reconhecidamente positivo, resultando em melhores condições habitacionais, de saúde e alimentar para as famílias usuárias. Além disso, contribui para o resgate da cidadania dos tomadores, com o respectivo fortalecimento da dignidade, a elevação da autoestima e a inclusão em patamares de educação e consumo superiores.

Vale salientar que há muitas dificuldades no Brasil para se montar um negócio, conforme aponta a pesquisa da GEM 2017, 58,6% dos empreendedores consideram a dificuldade de acesso a recursos financeiros como fator limitante para abertura e manutenção dos seus empreendimentos. Para Pereira e Souza (2017, p. 1128):

As conquistas alcançadas com a prática de concessão do microcrédito nos últimos anos são evidentes. Sua inserção e o impacto que provoca nas micro e pequenas empresas e nos pequenos negócios informais tornou-se referência como instrumento de financiamento desses pequenos empresários.

No conceito de Miguel (2012), atualmente, não há diferença nas microfinanças no Brasil, mas existem vários tipos de microcrédito que podem ser representados como microcrédito, microcrédito produtivo e microcréditos produtivos orientado. A diferença entre essas variações nos diz que o: i) microcrédito é basicamente a provisão de populações de baixa renda; ii) microcrédito produtivo, a provisão de microcréditos para atividades funcionais e, iii) microcrédito produtivo orientado, diretamente relacionados aos mutuários através de instituições de microfinanças e agências de crédito.

Contudo, a concepção de uma política destinada especificamente para promover a atividade de microcrédito no Brasil só foi instituída em 2005, com o estabelecido do PNMPO. Este programa foi criado pela Medida Provisória nº 226, de 2004, transformada na Lei nº 11.110, de 2005. Esse instrumento de intervenção visa fortalecer o pequeno empreendedor, individual ou coletivo, com vistas a promover a inclusão social e o desenvolvimento a nível local.

2.2.4 Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)

O Microcrédito Produtivo Orientado é o crédito concedido para assistência das necessidades e obrigações financeiras de pessoas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento do agente de crédito direto com os empreendedores no local no qual é executada a atividade econômica.¹

O vocábulo microcrédito é usado no meio acadêmico com vários significados, muitas vezes se referindo a diferentes produtos e formas de empréstimos. Desta forma, é importante apresentar os aspectos mais importantes que caracterizam o microcrédito como uma

¹ Disponível em < https://www.bb.com.br/portalbb/page100,19424,19427,20,0,1,1.bb?codigoNoticia=33744&codigoMenu=16878&codigoRet=16950&bread=2_2_3 > Acesso em: 03 out. 2017.

modalidade de crédito específica, ou seja, crédito produtivo e orientado, conforme abaixo (BARONE et al, 2002; BERNARDINO; SANTOS; VICENTE, 2017; MEZZERA; GUIMARÃES, 2003; SEBRAE, 2016;):

- a. Crédito produtivo: o microcrédito está voltado para apoiar atividades produtivas dos negócios de pequeno porte, mantidos por pessoas de baixa renda, na forma de capital de giro associado ou não ao investimento produtivo, não se destinando, portanto, ao financiamento do consumo;
- b. Crédito orientado: acompanhamento dos créditos é realizado pelo contato do agente de crédito (elo entra a intuição financeira e o tomador do crédito), que é o profissional que desempenha o papel de acompanhar o tomador antes, durante e depois de contraído o empréstimo;
- c. Garantias: uso do aval ou fiança solidária, que consiste na formação de grupos de tomadores que se responsabilizam solidariamente pelo compromisso com a instituição, e assumem coletivamente as responsabilidades pelos créditos concedidos a cada um dos componentes do grupo. Solicitações de garantias reais (patrimônio) são raras.
- d. Crédito adequado ao ciclo do negócio: O valor do empréstimo é coadunável com as necessidades inerentes negócio e a capacidade de pagamento do tomador, com possibilidades de renovação do crédito com valores crescentes.
- e. Baixo custo: podem significar proximidade com o cliente, mínimo de burocracia, e agilidade na entrega do crédito.
- f. Impacto social: como modelo de geração de renda causa impacto positivo na melhoria da renda contribuindo como instrumento de combate à pobreza e exclusão social.

A lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, parágrafo terceiro (BRASIL, 2005), vem consolidar esse conceito ao apresentar o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), como o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local no qual é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

- I - O atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;
- II - O contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e
- III - O valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto nesta Lei.

O microcrédito produtivo orientado tem como objetivo elevar o padrão de vida de milhões de empreendedores, estimulando a geração de emprego e o desenvolvimento de novos negócios, via empreendedorismo e bancarização, entre outros meios.

2.3 Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho é de natureza bibliográfica, porque foi desenvolvido a partir de materiais já elaborados, principalmente livros e artigos, e documental, já que utiliza materiais que não sofreram um tratamento analítico. A pesquisa é do tipo descritiva que tem a finalidade de descrever as características de determinada população (GIL, 2014).

Clientes da instituição financeira objeto do estudo, que estavam com operações de microcrédito ativas no mês de setembro de 2017. A população do estudo foi constituída por 121 beneficiados pela linha de crédito, sendo 111 pessoas físicas ou não formalizados e 10 pessoas jurídicas ou formalizadas. Foram escolhidos apenas clientes com operações ativas como forma de limitar a população sem descaracterizar seus resultados.

A pesquisa tem como área de abrangência a cidade de Mossoró, que é um município localizado no oeste potiguar. Sua população, em 2017, está estimada de 295.619 habitantes e sua economia é baseada no comércio e na prestação de serviços. O Produto Interno Bruto (PIB) de Mossoró é o segundo maior do Rio Grande do Norte e o maior da região oeste do Estado. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), relativos a 2015, o PIB do município era de R\$ 6.046.733.000,21, e o PIB per capita de R\$ 20.983,80. O município apresenta 64,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 75,5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 4,5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada como presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. O município possui IDH de 0,720, índice que o coloca na 1.301ª posição no Brasil. (IBGE, 2017).

O universo pesquisado são clientes da instituição financeira objeto do estudo, que estavam com operações de microcrédito ativas no mês de setembro de 2017. A população do estudo foi constituída por 121 beneficiados pela linha de crédito, sendo 111 pessoas físicas ou não formalizados e 10 pessoas jurídicas ou formalizadas. Foram escolhidos apenas clientes com operações ativas como forma de limitar a população sem descaracterizar seus resultados.

Para a realização da pesquisa, como referência para a elaboração do instrumento de coleta e de análise, foram utilizados dados primários obtidos junto a instituição financeira para identificar as seguintes variáveis (adaptado de Barbosa et al, 2012):

- a) Gênero: se pertence ao sexo feminino ou masculino;
- b) Idade: determinada em anos, conforme as faixas etárias: 18-24, 25 a 34, 35 a 44, 45 a 54, 55 a 64 e maior que 65 anos de idade;
- c) Estado civil: se casado, solteiro, separado, divorciado ou viúvo;
- d) Setor de atividade: verifica se setor formal ou informal;
- e) Finalidade do empréstimo: identifica se foi utilizado para giro ou investimento;
- f) Valores das operações: evidencia os valores médios dos empréstimos;
- g) Adimplência: destaca se os valores contratados estão em dia ou em atrasos com seus pagamentos.

Com a finalidade de organizar e analisar os dados foi utilizado o aplicativo Excel 2013 da Microsoft®. A intenção da pesquisa não era identificar o cliente, e sim coletar informações junto a instituição financeira que demonstrassem o perfil socioeconômico do público selecionado, bem como informações financeiras sobre os empréstimos.

2.4 Análise dos Resultados

A população atendida pelo MPO apresenta características socioeconômicas que assumem contornos específicos na região. No que se refere à análise do público atendido pela instituição financeira, a Tabela 1 indica uma forte participação do sexo feminino, contrapondo o que apresenta a pesquisa SEBRAE (2017), que apontava uma participação das mulheres de 32% do universo pesquisado e a pesquisa do GEM que aponta como uma das características marcantes do empreendedorismo brasileiro o equilíbrio entre os gêneros, com uma leve vantagem para o masculino com 52,9% que sonham em ter o próprio negócio (GEM, 2017).

Tabela 1 - Distribuição de gênero dos pesquisados

Gênero	Nº de Pessoas	%
Masculino	40	33,1
Feminino	81	66,9
Total	121	100,0

Fonte: produção do próprio autor, adaptado do SEBRAE (2017).

Porém, essas informações corroboram com os dados publicados por Rodrigues et al (2015), demonstrando a importância e o aumento do ingresso da mulher nesse mercado de trabalho. E, conforme publicado por Neri (2008 p. 151): “as mulheres foram as que mais ganharam acesso ao crédito no período”, demonstrando que não se trata de uma realidade apenas local, aponta Yunus e Jolis (2011) que, 94% das pessoas a quem emprestaram dinheiro são mulheres. Segundo a pesquisa GEM (2017), as mulheres já correspondem a 51% dos empreendedores iniciais. O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho também tem se refletido no empreendedorismo, pois as mulheres tendem a investir mais em capacitação e têm mais acesso à informação, o que pode ajudar na construção de empresas mais sólidas e lucrativas.

Com relação a idade dos beneficiários, para se efetivar a análise estatística descritiva, decidiu-se agrupá-la em seis faixas etárias. Com exceção da primeira e da última, a amplitude da faixa é de 9 anos. A idade mínima identificada foi de 22 anos e a máxima de 69 anos. A média encontrada entre os pesquisados foi de 43,2 anos, próxima à encontrada no perfil do empreendedor brasileiro que é de 44,7 anos (SEBRAE 2017). Na Tabela 2 demonstra a predominância das faixas etárias de 35 a 54 anos, representando mais da metade do público investigado.

Tabela 2 - Faixa Etária

Faixa etária	Nº de Pessoas	%
Até 24 anos	5	4,5
De 25 a 34 anos	24	21,6
De 35 a 44 anos	31	27,9
De 45 a 54 anos	30	27,0
De 55 a 64 anos	17	15,3
De 65 anos ou mais	4	3,6
Total	111	100

Fonte: produção do próprio autor, adaptado do SEBRAE (2017)

Esse domínio também está em convergência com o apontado pela mesma pesquisa, demonstrando um perfil mais maduro dessa população. Ressalte-se também o baixo número de beneficiários acima de 64 anos, que pode ser explicado pelo acesso universal às aposentadorias e pensões, que muitas vezes tira da situação de pobreza suas famílias. Vale ressaltar que para Neri (2008), essa é uma variável relevante na medida em que remete à experiência, o que contribui para abertura de negócios próprios.

Coletou-se também dados relativos ao estado civil dos beneficiários, que através de um cálculo em percentual identificou-se que em sua maioria (57,7%), encontram-se solteiros. A Tabela 3 a seguir, demonstra a distribuição segundo seu estado civil. Contrapondo com a pesquisa do GEM que aponta em sua maioria, o estado civil casado entre os empreendedores iniciais e estabelecidos (2017).

Tabela 3 - Estado Civil

Estado Civil	Nº de Pessoas	%
Casados	39	35,1
Solteiros	64	57,7
Separados	6	5,4
Divorciados	1	0,9
Viúvos	1	0,9
Total	111	100

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Na ocasião em que se veem os resultados relativos a regularização do empreendimento, constata-se, de acordo com a Tabela 4, que 91,7% dos entrevistados estão no setor informal. Esse fato vem concordar com dados publicados por Neri (2008), pois apenas 7,03% dos clientes pesquisados possuem constituição jurídica, portanto, são pessoas que labutam por conta própria, e em geral, atuantes no setor informal da economia. O resultado também se aproxima ao encontrado no trabalho de Bassan e Beck (2016), onde 64% dos pesquisados se encontravam na informalidade.

Tabela 4 - Setor de Atividade

Setor de Atividade	Nº de Pessoas	%
Formal	10	8,3
Informal	111	91,7
Total	121	100,0

Fonte: produção do próprio autor, adaptado Barbosa et al (2012)

Na Tabela 5 evidenciam-se as participações dos empreendedores em termos de aplicação dos seus empréstimos, verifica-se que em sua quase totalidade aplicaram seus créditos em capital de giro. Esses resultados ratificam os dados publicados por Pereira e Souza (2017) que representou um índice de 83,36% demandando por microcrédito para a composição/recomposição do capital de giro.

Tabela 5 - Finalidade do Empréstimo

Finalidade do empréstimo	Nº de Operações	%
Giro	120	99,2
Investimentos	1	0,8
Total	121	100,0

Fonte: dados da pesquisa (2017)

O objetivo da variável da Tabela 6 foi identificar, entre os limites de valor determinados pelo sistema de microcrédito, quais foram contratados pelos empreendedores em Mossoró, a fim de verificar o valor de que, em média, os empreendimentos se utilizam. Verifica-se, na tabela a seguir, que o valor mais contratado foi R\$ 3.090,00, sendo o valor máximo de R\$ 10.403,00 e o valor mínimo de \$ 1.010,00.

Tabela 6 - Valores das operações

Valores das Operações	Valores
Contratada	347.136,30
Valor médio contratado (ticket médio)	2.868,90
Saldo da Carteira	184.280,09
Valor médio da carteira	1.522,98
Menor valor contratado	1.010,00
Maior valor contratado	10.403,00
Valor que mais se repete	3.090,00

Fonte: dados da pesquisa (2017)

A Tabela 7 demonstra a situação das operações de microcréditos com relação a inadimplência da linha, verificou-se um elevado percentual de operações vencidas, cerca de um terço dos beneficiários estão com seus empréstimos em atraso. Muito acima do encontrado no trabalho de Rodrigues et al, (2015, p. 1013), onde se encontrou uma inadimplência é de 0,5%.

Para se encontrar os percentuais de atraso, dividiu-se os valores em atraso (total) pelo total contratado (valor de face dos contratos), pelo total da carteira (valores a receber) e também se determinou dividindo-se a quantidade de clientes em atraso pela quantidade total de beneficiários.

Tabela 7 - Adimplência

Situação das Operações	Valores
Contratada	347.136,30
Saldo da Carteira	184.280,09
Valores vencidos	62.374,21
Percentual de atraso em referência ao total contratado	18,0%
Percentual de atraso em referência ao total da carteira	33,8%
Percentual de atraso em referência ao total de beneficiários	33,9%

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Independente da metodologia de cálculo da inadimplência, a situação acima destoa do previsto na arquitetura do programa, já que se espera alta inadimplência devido as pequenas taxas de juros e as garantias oferecidas, geralmente fiança ou aval solidário.

A Tabela 8 mostra as predominâncias encontradas na pesquisa o que responde o objetivo específico da pesquisa.

Tabela 8 - Perfil dos microempreendedores - predominância

Descrição	Predominância	Valores
Gênero	Feminino	66,9%
Faixa etária	35 a 44 anos	27,9%
Estado civil	Solteiros	57,7%
Setor de atividade	Informal	91,7%
Finalidade do empréstimo	Capital de giro	99,2%
Valor médio contratado das operações		R\$ 2.868,90
Inadimplência		33,9%

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Na pesquisa observou-se que a maioria dos beneficiários são do gênero feminino, que predominantemente se declararam solteiros. Parte relevante está na faixa etária de 35 a 44 anos, com preponderância da atividade informal dos negócios. O valor médio contratado foi de R\$ 2.868,90 para um predomínio da utilização dos valores para uso de capital de giro. Do total de beneficiários, 33,9% estavam em situação de inadimplência, ou seja, com atraso no pagamento de seus empréstimos.

2.5 Considerações Finais

O presente trabalho se propôs a analisar o perfil socioeconômico dos microempreendedores beneficiários do programa de microcrédito no município de Mossoró. Para tanto, foi utilizada uma amostra de 121 microempreendedores que foram beneficiados pelo microcrédito de uma instituição financeira em Mossoró.

A pesquisa respondeu a problemática do trabalho, tendo em vista que foi apresentado um perfil dos beneficiários do microcrédito de uma instituição financeira de Mossoró. Foi demonstrado entre outras a elevada informalidade do setor, comprovando que se constitui um fenômeno em crescimento no país (BARBOSA et al, 2012).

Em relação aos objetivos do trabalho, observou-se que os objetivos propostos foram alcançados, ao que se refere ao objetivo geral foi identificado o perfil dos microempreendedores beneficiados pelo Microcrédito Produtivo Orientado da instituição, como resposta ao primeiro objetivo específico percebeu-se que em sua maioria, os beneficiários pertencem ao sexo feminino, que têm uma idade média de 43 anos. Quanto ao gênero dos beneficiários pertencentes a amostra, verificou-se que quase 68% são do sexo feminino. Importante esse dado porque demonstra que as mulheres estão contribuindo mais com a renda familiar ou assumindo a manutenção da família. Na sua maioria (57,7%) são do estado civil solteiro. Quando se observa os resultados com relação a formalidade do empreendimento, constata-se que 91,7% dos entrevistados estão na informalidade, ou seja, não regularizou a situação do seu negócio junto aos órgãos competentes.

Quanto ao segundo objetivo específico, identificou-se um número elevado de inadimplentes, com mais de 33% dos beneficiados se encontrando com suas operações de crédito em atraso.

É com o microcrédito que surge a oportunidade dos pequenos empreendedores. Por possuir características voltadas apenas para a população de baixa renda, consegue por muitas vezes suprir as necessidades dos micro e pequenos empresários (BARONE, 2002; NERI, 2008; SILVA, 2017). Os pré-requisitos para a contratação do crédito são simples. Basta que o empreendedor se enquadre nos critérios fixados para o programa, não importando se o negócio é formal ou informal (ou seja, pessoa física ou jurídica).

A observação dos resultados obtidos neste trabalho pode contribuir para um maior conhecimento dos beneficiários do microcrédito considerando a importância desse grupo para a economia do município. Nesse sentido, ressalta-se a relevância dos dados apresentados, bem como a necessidade de um maior aprofundamento em trabalhos futuros, que poderão investigar

outras instituições e os impactos do crédito sobre a performance do negócio verificando assim os possíveis benefícios derivados da política pública de acesso ao crédito,

Entretanto, ainda são muitos os desafios para uma adequada consolidação e expansão do microcrédito no país. O número de operações e instituições é pequeno se considerarmos o tamanho da economia brasileira, em especial do setor informal (BARBOSA et al, 2012).

Como limitação da presente pesquisa, pode-se citar que a amostra é composta por clientes apenas uma instituição financeira de Mossoró, portanto seus resultados não podem ser generalizados para outras instituições ou localidades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; LIMA, Roberto Alves de. Microcrédito Ontem e Hoje. In: MATOS, Franco de; MACAMBIRA, Júnior; CACCIAMALI, Maria Cristina (Org.). **A atividade e a política de microcrédito no Brasil: Visões sobre sua evolução e futuros desafios**. Fortaleza: IDT/USP, 2014. p. 35-53. ISBN 978-85-67936-00-0.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e Definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, p.25-38, 2014. Semestral.

BARBOSA, Maria Nivânia Feitosa et al. Informalidade e microcrédito: um estudo do programa de microcrédito Crediamigo no município de Juazeiro do Norte/CE. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, Natal, v. 1, n. 1, jun. 2012. ISSN 2316-5235. Disponível em: <<https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php?journal=rerut&page=article&op=view&path%5B%5D=386>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65 p.

BASSAN, Dilani Silveira; BECK, Marília. O papel do microcrédito para os empreendedores no município de Taquara. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 24, n. 38/39, p.33-50, 2 ago. 2016. Semestral. Revista Grifos. <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v24i38/39.3273> .

BERNARDINO, Suzana; SANTOS, J. Freitas; VICENTE, Zidyane. Papel do microcrédito na iniciativa empresarial em Cabo Verde. In: 7ª Conferência Ibérica de Empreendedorismo, 2017, Esposende. **Livro de atas**. Porto: Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto, 2017. p. 73 - 82. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10400.22/10340> >. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO. **Diário Oficial da União[da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 abr. 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11110.htm >. Acesso em: 07 out. 2012.

CACCIAMALLI, Maria Cristina; MATOS, Franco de; MACAMBIRA, Júnior. O Setor de Microfinanças e as Políticas de Microcrédito no Brasil. In: MATOS, Franco de; MACAMBIRA, Júnior; CACCIAMALI, Maria Cristina (Org.). **A atividade e a política de microcrédito no Brasil: Visões sobre sua evolução e futuros desafios**. Fortaleza: IDT/USP, 2014. p. 17-34. ISBN 978-85-67936-00-0.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 200 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O Brasil em Síntese. Brasília**. 2017. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br> >. Acesso em: 03 out. 2017.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**: 2016. Curitiba: IBQP, 2017. 208 p. ISBN 978-85-87446-22-0. Disponível em < <http://www.ibqp.org.br/projetos/gem/download/> >. Acesso em: 02 fev. 2018.

MEZZERA, Jaime; GUIMARÃES, Ivan. **Crédito para os Pequenos Empreendimentos no Brasil**. Brasília: OIT, 2003. 146 p. ISBN 92-2-815123-4.

MIGUEL, Antônia Celene. Microcrédito no Brasil: Uma Agenda de Política Pública para o Mercado de Microfinanças. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, p.1-23, 2012. Semestral.

NERI, Marcelo (Org.). **Microcrédito: O mistério nordestino e o grameen brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 376 p.

PEREIRA, Jaiane Aparecida; SOUZA, Leandro Henrique de. Empreendedorismo e microcrédito produtivo orientado: um estudo sobre o programa crescer. **Revista Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 18, p.119-139, jan. 2017. Continuada. Disponível em: < <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb> >. Acesso em: 04 nov. 2017.

RIBEIRO, Cristina Tauaf; CARVALHO, Carlos Eduardo. **Do microcrédito às microfinanças: desempenho financeiro, dependência de subsídios e fontes de financiamento: uma contribuição à análise da experiência brasileira**. São Paulo: Fapesp; Educ, 2006. 210 p.

RODRIGUES, Fernanda Mirelle Gomes et al. O Microcrédito Como Ferramenta de Desenvolvimento Socioeconômico para os Empreendedores e Seus Pequenos Empreendimentos: Um Estudo de Caso Sobre o Crediamigo em Petrolina-Pe. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, Brasília, v. 6, p.1002-1026, abr. 2015. Quadrimestral.

RUAS, Claudete et al. **A Política e a Atividade de Microcrédito como Instrumentos de Geração de Trabalho e Renda e Inclusão Produtiva**. Fundação Universidade de Brasília, Centro de Pesquisas de Opinião Pública, DATAUnB; Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Políticas Públicas e Emprego, SPPE. Brasília, 2015. 132 p. ISBN 978-85-69765-00-4.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O funcionamento do microcrédito**. Brasília. 2016. Disponível em < <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-funcionamento-do-microcredito,13ad347ea5b13410VgnVCM100000b272010aRCRD> >. Acesso em: 03 out. 2017.

_____. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Perfil dos Empreendedores**. Brasília. 2017. DataSebrae. Disponível em < <http://datasebrae.com.br/perfil-dos-empresarios/> > Acesso em: 30 out. 2017.

SILVA, Carolina Braz de Castilho e et al. Perfil socioeconômico dos beneficiários rurais do programa bolsa família na região sul do Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 35, p.83-101, 5 ago. 2017. Semestral. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2176-5456.70320>. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/70320>. Acesso em: 15 out. 2017.

SHANE, Scott; VENKATARAMAN, Sankaran. The Promise of Entrepreneurship as a Field of Research. **Academy Of Management Review**, [s.l.], v. 25, n. 1, p.217-226, 1 jan. 2000. The Academy of Management. <http://dx.doi.org/10.5465/amr.2000.2791611>.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. **O Banqueiro dos Pobres**: A revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países. São Paulo: Ática, 2011. 343 p. Tradução Maria Cristina Guimarães Cupertino.

VERGA, Everton; SILVA, Luiz Fernando Soares da. Empreendedorismo: Evolução Histórica, Definições e Abordagens. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas: REGEPE**, São Paulo, p.3-30, 2014. Quadrimestral.

3 O MICROCRÉDITO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE A POBREZA: O CASO DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM MOSSORÓ (RN)

RESUMO

No Brasil, o microcrédito conta com um volume concedido superior a 59 bilhões de reais, despontando como fonte de recursos aos micro e pequenos empreendedores. Sendo bastante utilizada como uma importante ferramenta para geração de renda. Nesse sentido, nesse trabalho objetivou-se analisar a eficácia do programa de geração de renda dos beneficiários do programa de microcrédito produtivo orientado disponibilizado pelo banco público para microempreendedores residentes no município de Mossoró (RN). O presente estudo foi realizado em uma amostra representada por 60 beneficiados do crédito, com operações ativas, mediante análise dos dados fornecidos pela instituição e questionário aplicado junto aos beneficiários. Constatou-se que o público pesquisado tem uma maioria do sexo feminino, são preponderantes os solteiros e a maioria declarou que não houve dificuldades para conseguir o empréstimo. Quanto a eficácia do programa, se verificou que, para 85% dos entrevistados, o empréstimo contribuiu para melhoria de vida dos tomadores do crédito.

Palavras-chave: Microcrédito. Políticas públicas. Geração de renda.

ABSTRACT

In Brazil, microcredit has a volume of more than R \$ 59 billion, with micro and small entrepreneurs as a source of funds. Being widely used as an important tool for income generation. The objective of this study was to analyze the effectiveness of the program of income generation of the beneficiaries of the targeted microcredit program made available by the public bank to microentrepreneurs residing in the city of Mossoró (RN). The present study was carried out in a sample represented by 60 benefiting from the credit, with active operations, by analyzing the data provided by the institution and questionnaire applied to the beneficiaries. It was found that the surveyed public has a female majority, the singles are predominant and most stated that there were no difficulties to obtain the loan. Regarding the effectiveness of the program, it was found that, for 85% of respondents, the loan contributed to the improvement of life of the borrowers..

Keywords: Microcredit. Public policy. Income generation.

3.1 Introdução

A universalização da definição de microcrédito deve-se ao prêmio Nobel da paz de 2006 e economista Muhammed Yunus, que criou um banco social e conseguiu retirar da pobreza muitas pessoas que não tinham recursos para criar o próprio negócio e combater a pobreza e a desigualdades na região de Bangladesh (BERNARDINO; SANTOS; VICENTE, 2017; MIGUEL, 2012; TELES FILHO; REBOUÇAS FILHO; SANTOS, 2016).

O assunto foi escolhido por estar entre as políticas públicas do governo federal, que objetivam incrementar a geração de renda e trabalho, ofertando recursos para as transações de microcrédito e oferecendo apoio técnico às instituições envolvidas. Ademais, o estudo do microcrédito se fundamenta em razão da inclusão no mercado de crédito de micro e pequenos empreendedores, que não acessavam o sistema financeiro em decorrência da informalidade e da ausência de garantias para as operações (CACCIAMALI, 2005), e pela expressiva carteira de crédito brasileira, que conta com um volume concedido superior a 59 bilhões de reais (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, se percebe a justificativa do tema e a perspectiva de que o mesmo seja pesquisado e analisado diante de seu impacto social e a contribuição com a melhoria da situação econômica da população a margem da coletividade. Ressalte-se, também, “a importância da microfinanças no espectro das políticas públicas que são desenvolvidas na América Latina com o objetivo de ampliar o nível da vida material dos estratos mais pobres” (CACCIAMALI, CHAHAD e TATEI, 2008, p. 150).

Assim sendo, este trabalho tem como objetivo principal, com base em informações bibliográficas, documentais e pesquisa realizada junto à população beneficiada, analisar, através de um levantamento de campo (survey), a eficácia do programa de geração de renda dos beneficiários do programa de microcrédito produtivo orientado disponibilizado pelo banco público para microempreendedores residentes no município de Mossoró (RN). O conceito de eficácia está relacionado com o aumento do faturamento, elevação da renda e outros fatores qualitativos relacionados. Como objetivos específicos: apresentar o perfil social dos beneficiários objeto da pesquisa apresentando um retrato dos micros empreendimentos investigados neste trabalho; examinar as condições e dificuldades dos empréstimos concedidos na ótica dos beneficiários; e analisar se a aplicação dos recursos estão melhorando as condições sociais dos beneficiários do programa. A situação de “empreendedor” neste estudo compreende as categorias de trabalhadores por conta própria, com no máximo um empregado, independentes de serem formalizados ou não.

Também é importante salientar que essa pesquisa serve de base para futuras investigações, aumentando o campo de estudo para outros municípios ou regiões. Diante dessa realidade surge a seguinte questão: houve melhora na renda dos empreendedores atendidos pelo microcrédito produtivo orientado – MPO de um banco público no município de Mossoró (RN)?

Além da introdução, o artigo está dividido em quatro partes. Na primeira apresentará os principais conceitos relativos ao microcrédito e as políticas públicas. Este estudo é conveniente para análise de políticas públicas, pois estudos sobre programas de transferência e geração de renda, que permite a melhoria das condições de vida das pessoas instigam o interesse de organizações dos mais diversos setores. Na parte seguinte será detalhada sua metodologia. A terceira parte é destinada à observação e análise dos dados. Por fim, são feitas as considerações finais do presente estudo.

3.2 Referencial Teórico

Com a finalidade de atender aos objetivos apresentados, o referencial teórico demonstra em primeiro lugar uma discussão sobre conceitos de microcrédito. Em seguida, discorre-se sobre definições de políticas públicas.

3.2.1 Microcrédito

No Brasil, a pesquisa da GEM 2017, destaca que 58,6% dos empreendedores consideram como limitador para abertura e continuação de seus negócios, a dificuldade de encontrar recursos financeiros para capital de giro e investimentos. O crédito que atende as necessidades daqueles que se beneficiam de valores a eles cedidos, é um instrumento de desenvolvimento, tanto econômico como social. Inserido neste contexto está o microcrédito.

O termo microcrédito se apresenta na literatura em vários significados, as vezes indicando formas diferentes de disponibilização desse crédito, de acordo com Barone et al (2002) e Miguel (2012), há diferentes tipos dessa linha de crédito, que pode se denominar como (i) microcrédito, que trata na sua essência na concessão de crédito a beneficiários de baixa renda, (ii) microcrédito orientado, que é a proposta de crédito de pequeno valor para atividades produtivas, e por fim, (iii) o microcrédito produtivo orientado que exige a participação dos agentes de crédito, que passa a ser o intermediário entre o tomador e a instituição financeira, para concessão do empréstimo voltado para atividades produtivas.

Normalmente, o microcrédito é um empréstimo de valor baixo, com a intenção de gerar aumento de produção com o incremento de renda e geração de empregos, concedido a empreendedores de baixa renda, com negócios de pequenos portes, formalizados ou não, e com dificuldades de acesso ao sistema tradicional de crédito, sendo adotada uma metodologia específica para esse tipo de crédito (BARONE et al, 2002; NERI, 2008).

Esse modelo deriva da experiência corajosa de Muhammad Yunus, professor de economia de Bangladesh, que nos anos 70 colocou em ação o Grameen Bank, um banco privado que realizava empréstimos de pequenos valores às pessoas pobres, sem acesso ao crédito formal (YUNUS; JOLIS, 2011).

No entendimento de Cacciamali (2005 p. 90)

Os serviços de microcrédito surgem para atender as microempresas e as atividades do setor informal, propondo alternativas para a seleção de clientes, avaliação de riscos e exigência de garantias, apresentando, em parte, solução para os problemas de seleção adversa e risco moral.

Assim, o microcrédito é tratado não exclusivamente como matéria econômica, mais também, como um projeto de governo que configura um programa de conteúdo social implementado via mercado financeiro, considerando que, microcrédito democratiza o acesso ao crédito, importante para o desenvolvimento dos negócios e do qual, a parte considerável da população está excluída (BARONE et al, 2002; MIGUEL, 2012)

Para Bernardino, Santos e Vicente (2017, p. 74), “o microcrédito na sua gênese engloba a auto sustentabilidade do programa financeiro, garantida pelo reembolso dos valores cedidos a que acresce uma determinada remuneração, ou taxa de juros, que permite que a instituição suporte seus custos operacionais. Por outro lado, conforme Neri (2008, p. 33), o microcrédito “promove uma espécie de choque de capitalismo nos pobres, permitindo aos desprovidos de dinheiro, o acesso ao capital produtivo. Com recursos e confiança, o pobre consegue realizar investimentos que podem servir de porta de saída estrutural da pobreza”.

Nesse contexto, para Barone et al (2002) a repercussão social do microcrédito, embora difícil de medir, é comprovadamente útil e que resulta em melhores condições de vida, colaborando para a remição da dignidade de seus tomadores.

Corroborando com o autor acima, para Pereira e Souza (2017, p. 1128),

As conquistas alcançadas com a prática de concessão do microcrédito nos últimos anos são evidentes. Sua inserção e o impacto que provoca nas micro e pequenas empresas e nos pequenos negócios informais tornou-se referência como instrumento de financiamento desses pequenos empresários.

Ademais, para Nitsch e Santos (2001, p. 178), “a maior parte da demanda por crédito das microempresas destina-se a capital de giro para cobrir dificuldades momentâneas de liquidez ou utilizar chances de eventuais negócios favoráveis”. Ainda para os mesmos autores, o público-alvo do microcrédito predominam microempresários, donos do próprio negócio, que mantêm seus empreendimentos de autônoma, na maioria das vezes, informal e, geralmente, mantidas e autofinanciadas com recursos próprios ou de pessoas próximas.

3.2.2 Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO

A lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, parágrafo terceiro (BRASIL, 2005), institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, sendo posteriormente alterada pela lei 13.636, de 20 de março de 2018, “com objetivo de apoiar e financiar atividades produtivas de empreendedores, principalmente por meio da disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo orientado”, sendo beneficiados pelo programa, “pessoas naturais e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas urbanas e rurais, apresentadas de forma individual ou coletiva” (BRASIL, 2018).

De acordo com BRASIL (2015), o PNMPO tem os seguintes objetivos gerais:

- a) incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.
- b) disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado.
- c) oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

O programa foi proposto para microempreendedores formais e informais, com faturamento de até R\$ 200 mil/ano, com a intenção de melhorar renda e gerar trabalho. Utiliza metodologia fundamentada na pessoa do agente de crédito, admitido o uso de tecnologias digitais e eletrônicas que possam substituir o contato presencial.

Os “agentes de crédito” existentes nas instituições financeiras são responsáveis pelo contato direto com o microempreendedor, visitando o empreendimento para analisar as necessidades e as condições do seu negócio, onde todo o processo de visita, entrevista e cadastro é realizado por um só profissional que é o responsável pelo levantamento de informações das pessoas que se enquadram nas condições de solicitação do crédito, permitindo ao beneficiário uma relação diferenciada e de proximidade com a instituição. Com isso, o profissional consegue diminuir a assimetria de informação que distancia as instituições financeiras desse conjunto de

empreendedores (BARONE et al, 2002; BERNARDINO; SANTOS; VICENTE, 2017; BRAGA, 2010; NITSCH e SANTOS, 2001).

Importante ressaltar que o atendimento ao microempreendedor deve ser feito por agentes treinados para efetuar o levantamento das informações socioeconômicas e prestar orientação sobre o planejamento do negócio, para um melhor entendimento das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento (BRASIL, 2015).

A supervisão do PNMPO é feita diretamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego que é responsável pela habilitação das organizações de microcrédito e a disseminação de informações sobre o microcrédito. Com referência as fontes de recursos para o programa, elas advêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador e de 2% dos depósitos compulsórios à vista junto ao Banco Central. De acordo com (ANDRADE; DINIZ, 2015, p. 515), “uma medida importante para fomentar as microfinanças foi a destinação obrigatória para essa finalidade de parcela dos depósitos à vista dos bancos comerciais e de outras instituições financeiras (o que não for direcionado fica retido no BC, sem remuneração) ”.

Para se ter ideia da amplitude desse programa, segundo o relatório do Ministério do Trabalho (BRASIL, 2015), no Brasil já foram realizadas mais de 26,5 milhões de operações de microcrédito, atendendo mais de 26,8 milhões de clientes, com um volume concedido superior a R\$ 59 bilhões (atualizados até set/2015), demonstrando a importância desse segmento.

Para Barone et al (2002) a disponibilidade de crédito para pequenos empreendedores, faz do microcrédito parte importante das políticas de desenvolvimento, considerando sua capacidade de melhorar as condições de vida do beneficiário. Pode-se compreender que, através deste programa, “o microcrédito passou a ser reconhecido como política pública de desenvolvimento social e econômico, funcionando como mecanismo de combate à pobreza, inclusão social e valorização do auto emprego no país (RUAS et al, 2015 p. 46) ”.

No ambiente oficial, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, foi concebido como um modelo inovador de política pública, que está ancorada em uma rede formada por organizações da sociedade civil, do poder público e da iniciativa dos empreendedores que ingressam no programa por deliberação própria (MIGUEL, 2012).

Entretanto, para Vieira e Barbosa (2017, p. 6) “o microcrédito não pode ser considerado uma ferramenta ‘milagrosa’ ou a resposta para todos os problemas relacionados às mazelas sociais”. Entende-se que apenas o microcrédito não irá resolver tudo, pois há a necessidade da integração com outras políticas complementares, como educação, treinamento, tecnologia alternativa e um acompanhamento mais eficaz para verificar a evolução dos negócios

beneficiados pelo crédito. Para Ruas et al (2015) o microcrédito só se tornará efetivo no seu propósito se estiver integrado outras políticas de inclusão financeira e produtiva.

3.2.3 Microcrédito no Brasil: alguns dados importantes

O último relatório do Ministério do Trabalho e Previdência Social, datado de dezembro de 2015 (BRASIL, 2015), demonstrou alguns dados do microcrédito produtivo orientado no Brasil.

Segundo esse relatório, a carteira ativa de microcrédito, que retrata o saldo a receber dos valores emprestados, estava em R\$ 5.714.956.814,12. Na distribuição por gênero 62,2% era constituído por mulheres o que demonstra a forte presença desse público no programa.

O mesmo relatório apresentou um índice altíssimo de informalidade, 93,72% dos beneficiários não estava regularizado como empresa jurídica. Quanto ao ramo de atividade predominou o comércio com 64,3% dos clientes ativos. Quanto a finalidade do crédito a maioria, representada por mais de 83% demandou o microcrédito como capital de giro.

Entre 2008 e 2015 já foram atendidos 28.201.255 de clientes, com valores concedidos (atualizados pelo INPC-IBGE) de R\$ 64.327.055.508,24 em crédito, perfazendo uma média de R\$ 2.281,00 por beneficiário atendido (BRASIL, 2015).

3.2.4 Microcrédito como política pública

Não há uma única ou, melhor, conceito sobre política pública, generalizando podemos definir como a movimentação do governo que influenciam a vida dos cidadãos. Para Rua (2009, p. 19), “política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”, ainda de acordo com a mesma autora (p. 20), “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”.

Souza (2006, p. 26) resume “política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) ”.

Estudos especializados apontam quatro modelos de políticas atuantes no mercado de trabalho:

(i) serviço público de intermediação de mão-de-obra e orientação para o mercado de trabalho; (ii) sistema nacional de capacitação e treinamento; (iii) desenvolvimento de pequenas e microempresas e de atividades por conta própria; (iv) criação de empregos transitórios e medidas de apoio aos jovens (CACCIAMALI, 2005, p. 86).

O microcrédito produtivo orientado se insere nesse conceito de política pública atuantes no mercado de trabalho pela tentativa de agregar tecnologias sociais e financeiras inovadoras para atingir a demanda financeira dos mais pobres, os programas públicos voltados para os micros empreendimentos informais ainda eram com uma série de exigências que exclui uma boa parte da população de baixa renda: assalariados informais, microempreendedores, trabalhadores por conta-própria e desempregados. Esta inadequação da oferta de crédito existente e consequente desconhecimento do público-alvo – trabalhadores de baixa renda do setor informal – impõem sérios limites aos programas públicos de microcrédito como instrumentos eficazes de redução da pobreza (BRAGA, 2010).

Para Nitsch e Santos (2001), programas que ofereçam crédito são especialmente interessantes para as microempresas já existentes por oferecerem crédito com taxas de juros menores do que os oferecidos pelo mercado financeiro informal, como os agiotas, induzindo desta forma, uma melhoria da renda dos tomadores de empréstimo considerando o ganho na diferença desses custos e tornando-se, de forma indireta, um instrumento de combate à pobreza.

Desta maneira, para Braga (2010) a necessidade de uma política governamental que atue diretamente sobre o mercado de trabalho, visando a geração de emprego e renda para a população de mais baixa renda, é resultado do abandono da crença da tendência de redução do setor informal frente ao avanço progressivo da economia formal.

Ainda de acordo com Braga (2010, p.3),

No caso específico dos programas públicos de microcrédito, a política pública deve pautar-se pela focalização dos programas para determinados segmentos de trabalhadores informais de baixa renda, possibilitando que as atividades possam agregar trabalhadores e empreendedores socialmente integrados.

Nos países não plenamente industrializados, os programas de desenvolvimento de pequenas e microempresas e de atividades por conta própria “visam principalmente a fortalecer pequenas e microempresas e atividades por conta própria já estabelecidas, que muitas vezes se encontram inseridas no setor informal” (CACCIAMALI, 2005, p. 88).

O microcrédito pode ser visto como uma política pública de espírito privado, que se bem aplicada, funcionam como um instrumento de melhoria da renda e das condições de vida de seus tomadores (NERI, 2008). Porém, para Nitsch e Santos (2001), o microcrédito não é

adequado para preencher e cobrir deficiências de políticas sociais e econômicas voltadas para a geração de renda e emprego.

De acordo com Cacciamali, Chahad e Tatei, (2008, p. 158) “o procedimento mais simples de se verificar os efeitos do programa de microcrédito é através de análises de desempenho que comparam a performance pós-crédito de uma série de indicadores dos tomadores de empréstimo”.

3.2 Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho pretende analisar a eficácia da política pública de geração de renda do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, originando-se de informações de cunho primário apanhado junto ao banco objeto da pesquisa e entrevistas com os beneficiários através de questionários, explorando variáveis qualitativas e quantitativas que representem situação econômica dos beneficiários do programa.

A pesquisa tem como área de abrangência a cidade de Mossoró, município do Estado do Rio Grande do Norte. Sua população está estimada em quase 300 mil habitantes e sua economia é baseada no comércio e na prestação de serviços. O Produto Interno Bruto (PIB) de Mossoró é o maior da região oeste do Estado. De acordo com dados do IBGE, relativos a 2014, o PIB do município era de R\$ 6.221.099,00, com uma renda per capita de R\$ 21.883,09. O município possui IDH de 0,710, índice que o coloca na 1.301ª posição no Brasil. (IBGE, 2017).

Para fins de realizar a pesquisa, a população foi formada por residentes da cidade de Mossoró, clientes da instituição financeira objeto da pesquisa, que estavam com operações de microcrédito ativas no mês de setembro de 2017. A população inicial do estudo era constituída por 121 beneficiados pela linha de crédito, sendo 111 pessoas físicas ou não formalizados e 10 pessoas jurídicas ou formalizadas. Como forma de homogeneizar essa população, foram excluídos as pessoas jurídicas e os clientes que estavam inadimplentes, restando uma população de 75 beneficiários. Foram feitas entrevistas com dez clientes como forma de testar a aplicação do questionário, após a verificação da viabilidade do mesmo foram aplicados aos demais.

Os dados foram apurados mediante a aplicação de questionários, realizada por telefone no mês de fevereiro/2018, contendo questões fechadas, com no máximo três tentativas de contato.

Deste conjunto de 75 clientes, 15 não foram contatados por diversos motivos: não atenderam a ligação, número do telefone não pertencente ao microempreendedor, ocupado,

caixa de mensagens ou não responderam ao questionário. Restando uma amostra composta por 60 respondentes, representando 80% da amostra.

Com a delimitação da amostra, esta apresentou um nível de confiança de 95%, com uma margem de erro de 6%, sendo utilizada a seguinte formula (RICHARDSON, 2014, p.169) para encontrar esses valores:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n – tamanho da amostra.

N – tamanho da população.

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança.

p - verdadeira probabilidade do evento.

e - erro de estimação permitido.

Para análise dos questionários será utilizado o aplicativo SPSS® Statistics da IBM®, versão 24, onde os dados coletados serão examinados por estatísticas descritivas de frequência e tabela de referência cruzada. Foram considerados apenas aqueles com operações ativas e adimplentes, como forma de limitar a população sem distorcer seus resultados.

3.4 Análise dos Dados

A população atendida pelo microcrédito apresenta características socioeconômicas que assumem contornos específicos na região. No quadro 1 serão apresentados dados referentes as operações dos clientes que foram objeto desta pesquisa.

Quadro 1 – Valores das operações (R\$)

Total de Operações	Valor Mínimo	Valor Máximo	Valor Total	Valor Médio	Desvio Padrão
60	1.030,00	10.403,00	169.472,00	2.824,53	2.148,60

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Como demonstrado, a carteira soma um total de R\$ 169.472,00 e 60 operações de crédito, com um valor médio de R\$ 2.824,53, valor acima do apresentado no relatório do

programa (BRASIL, 2015) que apresentou em 2015, um valor médio, por operação, de R\$ 2.072,00.

No quadro abaixo, ficou demonstrado a predominância de algumas variáveis analisadas na pesquisa. Verificou-se que a maioria de 68,3% é do gênero feminino, valores semelhantes ao encontrado no relatório do Ministério do Trabalho (BRASIL, 2015) que apresentou 62,3% pertencentes a este gênero.

Quadro 2 – Sócio econômico resumo

Variável	Predominância	Resultado
Gênero	feminino	68,3%
Estado Civil	solteiro	56,7%
Faixa Etária	de 25 a 34 anos	30,0%
	de 35 a 44 anos	30,0%
Escolaridade	ensino médio completo	56,7%
Quantidade Filhos	2	41,6%
Moradia	própria	68,3%

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Ainda em referência ao Quadro 2, como relação a faixa etária houve empate técnico em duas faixas, de 25 a 34 anos e de 35 a 44 anos, a pesquisa também apontou uma idade média de 42,1 anos e uma mediana de 41 anos, o desvio padrão foi de 10,386. Com relação a escolaridade predominou o ensino médio completo com 56,7% dos entrevistados, uma preponderância de 41,6% dos beneficiários declarou a existência de 2 filhos dependentes. Quando foi perguntado sobre sua moradia, mais de 68% declaram residir em casa própria.

Na Tabela 9, quanto à distribuição dos clientes por ramos de atividades, observa-se uma considerável concentração de demandantes de microcrédito que operam no comércio (63,3% do total de clientes atendidos), valores semelhantes ao demonstrado no relatório acima que apresentou um percentual de 63,6% que atuam no comércio. O trabalho de Teles Filho, Rebouças Filho e Santos (2016), também apresentou uma predominância do comércio (70%) como segmento de atuação do microempreendedor.

Tabela 9 – Ramos de Atividades

Setor	Frequência	%	% acumulado
Comércio	38	63,3	63,3
Indústria	1	1,7	65,0
Serviços	12	20,0	85,0
Não respondeu	9	15,0	100,0
Totais	60	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, adaptado Teles Filho, Rebouças Filho e Santos (2016).

Na Tabela 10, representa a pergunta quanto a localização do empreendimento, 45% dos respondentes declararam que seu negócio estava localizado na própria residência, corroborando com o estudo de Teles Filho, Rebouças Filho e Santos (2016), que demonstrou o percentual 36,8% das atividades desenvolvidas na própria casa.

Tabela 10 – Localização do empreendimento

Localização	Frequência	%	% acumulado
Residência	27	45,0	45,0
Ponto comercial alugado	2	3,3	48,3
Ponto comercial próprio	4	6,7	55,0
Ambulante	17	28,3	83,3
Não respondeu	10	16,7	100,0
Totais	60	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, adaptado Teles Filho, Rebouças Filho e Santos (2016).

Na tabela 11, se demonstra as respostas dos beneficiários sobre o questionamento se o uso do microcrédito contribuiu com o aumento da renda familiar. Pode-se afirmar quem mais de 80% declaram que houve aumento da renda após a contratação do empréstimo, isso vai de encontro com o trabalho de Teles Filho, Rebouças Filho e Santos (2016), que apresentou o índice de 90% de concordância com o questionado.

Tabela 11 – Aumento da renda familiar

Aumento da Renda	Frequência	%	% acumulado
Contribuiu muito	15	25,0%	25,0%
Contribuiu razoavelmente	34	56,7%	81,7%
Contribuiu pouco	4	6,7%	88,3%
Não contribuiu	2	3,3%	91,7%
Não soube responder	5	8,3%	100,0%
Totais	60	100,0%	

Fonte: dados da pesquisa, adaptado Teles Filho, Rebouças Filho e Santos (2016).

Na tabela 12, se refere ao questionamento no caso que foi perguntado se o empréstimo contribuiu para que lhe desse uma vida melhor, 85% responderam que sim.

Tabela 12 – Melhoria da condição de vida

Melhoria de vida	Frequência	%	% acumulado
Sim	51	85,0	85,0
Não	3	5,0	90,0
Não soube responder	6	10,0	100,0
Totais	60	100,0	

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Tanto quanto os dados das Tabela 11 e da Tabela 12, confirmam que se bem aplicado, o microcrédito funciona como um instrumento de melhoria da renda e das condições de vida de seus tomadores (NERI, 2008). Mas vale salientar esse tipo de pergunta pode induzir o respondente a afirmar algo diferente do que ocorre, mas esse fato não invalida a pesquisa nem seus dados.

Na Tabela 13 foi investigado com relação a adequação e dificuldades na obtenção do crédito junto a instituição financeira objeto deste estudo. Os beneficiários foram questionados se encontraram dificuldades para a obtenção do empréstimo, 71,7% declaram que não houve dificuldades para conseguir o microcrédito. O resultado está bem próximo ao trabalho de Bassan e Beck (2016), que apresentou um de 75% que declaram não ter havido dificuldades no acesso ao crédito.

Tabela 13 – Dificuldade na obtenção do crédito

Dificuldade	Frequência	%	% acumulado
Sim	10	16,7	16,7
Não	43	71,7	88,3
Não soube responder	7	11,7	100,0
Totais	60	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, adaptado Bassan e Beck (2016)

A Tabela 14, nos mostra se as operações de crédito estavam adequadas a condição do empreendedor, em relação aos valores e prazos fornecidos. A maioria (53,4%) discordou dos prazos e/ou valores, sendo que 51,7% defenderam valores maiores para a linha de crédito.

Tabela 14 – Valores e prazos

Valores e prazos	Frequência	%	% acumulado
Sim	23	38,3	38,3
Não, poderia ter um prazo maior	1	1,7	40,0
Não, poderia ter um valor maior	22	36,7	76,7
Não, poderia ter prazo e valor maiores	9	15,0	91,7
Não soube responder	5	8,3	100,0
Totais	60	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, adaptado Bassan e Beck (2016)

Esse resultado contrapõe a pesquisa de Bassan e Beck (2016), que apresentou uma unanimidade na concordância com os valores e prazos concedidos.

3.5 Considerações Finais

O objetivo principal desse trabalho se propôs a analisar a eficácia do programa de geração de renda dos beneficiários do programa de microcrédito produtivo orientado disponibilizado pelo banco público para microempreendedores residentes no município de Mossoró (RN).

A pesquisa respondeu a problemática do trabalho, tendo em vista que foi apresentado respostas aos questionamentos apontados. Ficou demonstrado que o microcrédito funciona como um instrumento de melhoria da renda e das condições de vida de seus tomadores (NERI, 2008). Tendo em vista que 85% dos entrevistados informaram que melhoram de vida. Esse

resultado corrobora com Nitsch e Santos (2001), onde afirmam que programas que ofereçam crédito induzem para uma melhoria da renda dos tomadores desses empréstimos, tornando-se, de forma indireta, um instrumento de combate à pobreza.

Em relação aos objetivos do trabalho, observou-se que os objetivos propostos foram alcançados, como resposta ao primeiro objetivo específico percebeu-se que em sua maioria, os beneficiários pertencem ao sexo feminino, que têm uma idade média de 42 anos. Quanto ao gênero dos beneficiários pertencentes a amostra, verificou-se que 68,3% são do sexo feminino. Na maioria dos entrevistados (56,7%) são do estado civil solteiro. Quanto a escolaridade, 56% concluíram o ensino médio. Verificou-se que 78% dos respondentes afirmaram ter filhos e que 68,3%, residiam em moradias próprias.

Quanto ao segundo objetivo específico, que buscou analisar as condições e dificuldades dos empréstimos concedidos na ótica dos beneficiários, 71,7% declararam que não tiveram dificuldades na obtenção do crédito e 53,4% afirmaram que os valores e prazos foram inadequados, considerando que os valores e prazos poderiam ser maiores.

É com o microcrédito que surge a oportunidade dos pequenos empreendedores. Por possuir características voltadas apenas para a população de baixa renda, consegue por muitas vezes suprir as necessidades dos micro e pequenos empresários (BARONE, 2002; NERI, 2008; SILVA, 2017). Os pré-requisitos para a contratação do crédito são simples. Basta que o empreendedor se enquadre nos critérios fixados para o programa, não importando se o negócio é formal ou informal (ou seja, pessoa física ou jurídica).

A observação dos resultados obtidos neste trabalho pode contribuir para um maior conhecimento dos beneficiários do microcrédito considerando a importância desse grupo para a economia do município. Nesse sentido, ressalta-se a relevância dos dados apresentados, bem como a necessidade de um maior aprofundamento em trabalhos futuros, que poderão investigar outras instituições e os impactos do crédito sobre a performance do negócio verificando assim os possíveis benefícios derivados da política pública de acesso ao crédito,

Como limitação da presente pesquisa, pode-se citar que a amostra é composta por clientes apenas uma instituição financeira de Mossoró, portanto seus resultados não podem ser generalizados para outras instituições ou localidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcelo Machado Teixeira de; DINIZ, Eduardo Henrique. Previsão de Informações para Avaliar Políticas Públicas: O Caso da Inclusão Financeira. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p.508-524, ago. 2015.

Bimestral. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac20151864>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552015000400508&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65 p.

BASSAN, Dilani Silveira; BECK, Marília. O papel do microcrédito para os empreendedores no município de Taquara. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 24, n. 38/39, p.33-50, 2 ago. 2016. Semestral. Revista Grifos. <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v24i38/39.3273> .

BERNARDINO, Suzana; SANTOS, J. Freitas; VICENTE, Zidyane. Papel do microcrédito na iniciativa empresarial em Cabo Verde. In: 7ª Conferência Ibérica de Empreendedorismo, 2017, Esposende. **Livro de atas**. Porto: Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto, 2017. p. 73 - 82. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10400.22/10340> >. Acesso em: 10 out. 2017.

BRAGA, Thaiz. Programas públicos de microcrédito: inadequação das respostas da política pública para inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2010, Caxambu. **Anais**. Belo Horizonte: Abep, 2010. p. 1 – 21

BRASIL. Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO. **Diário Oficial da União[da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 abr. 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111110.htm >. Acesso em 07 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (Ed.). **Informações Gerais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado**. Brasília: 2015. 16 p. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/pnmppo/banco-de-dados.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.363, de 20 de março de 2018. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). **Diário Oficial da União[da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 mar. 2018. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13636.htm >. Acesso em 09 maio 20187.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p.85-104, dez. 2005. Quadrimestral. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142005000300007>.

CACCIAMALI, Maria Cristina; CHAHAD, José Paulo Zeetano; TATEI, Fábio. Microfinanças e Política Pública na América Latina. **Cadernos Prolam/USP**, São Paulo, v. 7, n. 12, p.149-172, 1 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82314>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O Brasil em Síntese**. Brasília. 2017. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br> >. Acesso em: 03 out. 2017.

MIGUEL, Antônia Celene. Microcrédito no Brasil: Uma Agenda de Política Pública para o Mercado de Microfinanças. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, p.1-23, 2012. Semestral.

NERI, Marcelo (Org.). **Microcrédito**: O mistério nordestino e o grameen brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 376 p.

NITSCH, Manfred; SANTOS, Carlos A. Da Repressão Financeira ao Microcrédito. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 21, n. 84, p.172-183, dez. 2001. Trimestral. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/issue.asp?vol=21&mes=4>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e pesquisas. – 3ª Ed – São Paulo: Atlas, 2014.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Brasília: CAPES/UAB, 2009. 130 p ISBN: 978-85-61608-60-6

RUAS, Claudete et al. **A Política e a Atividade de Microcrédito como Instrumentos de Geração de Trabalho e Renda e Inclusão Produtiva**. Fundação Universidade de Brasília, Centro de Pesquisas de Opinião Pública, DATAUnB; Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Políticas Públicas e Emprego, SPPE. Brasília, 2015. 132 p. ISBN 978-85-69765-00-4.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p.20-45, dez. 2006. Semestral. Disponível em:< <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

TELES FILHO, Iran Pinheiro; REBOUÇAS FILHO, Pedro José; SANTOS, José Rayres Pereira dos. Geração, distribuição de renda e microcrédito: O caso do programa Crediamigo na cidade de Crato- Ceará. Espaço e Economia: **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, São Gonçalo, v. 8, n. , p.1-18, jun. 2016. Semestral. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/2127>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

VIEIRA, Leandro Martins; BARBOSA, Francisco Vidal. Microcrédito e Microempreendedor: O Caso do Crediamigo na Região do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 1, n. 1, p.2-15, 1 jan. 2017. Trimestral. Administração Pública e Gestão Social. <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v1i1.977>.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. **O Banqueiro dos Pobres**: A revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países. São Paulo: Ática, 2011. 343 p. Tradução Maria Cristina Guimarães Cupertino.

4 RESULTADO FINAL DA PESQUISA

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de uma população de beneficiários do microcrédito produtivo orientado, de uma instituição financeira localizada no município de Mossoró (RN), também permitiu uma investigação através de questionários que permitiram aumentar o grau de conhecimento sobre a utilização do crédito por parte do grupo estudado.

O objetivo principal do primeiro artigo foi alcançado, pois foi demonstrado o perfil socioeconômico dos beneficiários, entre os achados os clientes são em sua maioria do gênero feminino, se encontravam na faixa etária de 35 a 44 anos, e o grupo apresentou uma predominância de solteiros. Ficou constatado que quase 92% do universo pesquisado se encontrava a informalidade, comprovando que se constitui um fenômeno em crescimento no país, e percebeu-se uma generalização da utilização dos recursos como capital de giro. Chamou a atenção o alto índice de inadimplentes, pois um terço dos tomadores estavam com suas operações em atraso, observação que carece de um aprofundamento para se identificar as origens da inadimplência.

Quanto ao segundo artigo, seu principal objetivo foi atingido, para isso foram entrevistados os clientes que estavam com operações em dia, sendo apanhados dados em que a maioria se encontrava no comércio, preferencialmente trabalhava em sua residência. Ficou constatado que o microcrédito contribuiu com o aumento da renda familiar trazendo benefícios aos clientes da instituição.

Por conseguinte, o objetivo geral desse trabalho foi atingido considerando que foi demonstrado a eficácia do programa de microcrédito da instituição financeira conforme atestado por 85% dos entrevistados. Com isso a problemática do trabalho foi respondida pois a política pública do microcrédito cumpre o objetivo de melhorar as condições de vida dos beneficiários.

Isso posto, a partir dessas conclusões, percebe-se que o programa de microcrédito pode ser visto como um dos principais meios para impulsionar o desenvolvimento social, considerando que o acesso ao crédito assegura ao beneficiário oportunidades de melhorar de vida.

É importante salientar algumas dificuldades e limitações enfrentadas na realização desse estudo. Como qualquer estudo de natureza qualitativa, as respostas encontradas não podem ser generalizadas para outras realidades, além disso, quando se utiliza de informações

financeiras das instituições, mesmo assegurada a confidencialidade, o acesso aos dados é significativamente limitado.

A observação dos resultados obtidos neste trabalho pode contribuir para um maior conhecimento dos beneficiários do microcrédito considerando a importância desse grupo para a economia do município.

Para prosseguimento de estudos voltados para o estudo do microcrédito, indica-se a observância das possíveis causas da inadimplência afim de determinar a adequação do processo de concessão de crédito, bem como replicar este estudo em outros tipos de organização concessora de crédito, tais como OSCIPs, SCMs, bancos do povo, dentre outros. Estudos que abordem essa temática são essenciais para a avaliação da efetividade das políticas públicas de microcrédito.

APENDICE A - Questionário

1. Qual seu nível de escolaridade?

- ☐ Não estudou
- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior incompleto
- ☐ Ensino superior completo
- ☐ Pós-graduado
- ☐ Não respondeu / Não soube responder

2. Quantos filhos são seus dependentes?

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5 ou mais
- ☐ Não respondeu / Não soube responder

3. Sua moradia é?

- ☐ Alugada
- ☐ Própria
- ☐ Financiada
- ☐ Reside com familiares

4. Qual a localização do seu empreendimento?

- ☐ Residência
- ☐ Ponto comercial alugado
- ☐ Ponto comercial próprio
- ☐ Ambulante
- ☐ Não respondeu / Não soube responder

5. Qual o setor de atuação do seu negócio?

- ☐ Comércio
- ☐ Indústria
- ☐ Serviços
- ☐ Não respondeu / Não soube responder

6. Com quem você trabalha?

- ☐ Sozinho
- ☐ Com familiares
- ☐ Com empregado sem carteira assinada
- ☐ Com empregado com carteira assinada
- ☐ Não respondeu / Não soube responder

7. Que outra fonte de renda, além da sua atividade como microempreendedor, o(a) sr(a) possui?

- ☐ Não possuo nenhuma outra fonte de renda.
- ☐ Tenho um emprego (fixo ou não).
- ☐ Tenho outro negócio por conta própria (fixo ou não).
- ☐ Recebo Bolsa-Família.
- ☐ Recebo aposentadoria.
- ☐ Recebo ajuda financeira de parentes ou amigos.
- ☐ Não respondeu / Não soube responder

8. Houve dificuldades para obtenção do empréstimo?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não respondeu / Não soube responder

9. O valor e prazo contratados foram adequados ao seu empreendimento?

- ☐ Sim
- ☐ Não, poderia ter um prazo maior
- ☐ Não, poderia ter um valor maior
- ☐ Não, poderia ter um prazo e valor maiores

10. O microcrédito lhe possibilitou adquirir máquinas/equipamentos para seu negócio?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não respondeu / Não soube responder

11. O microcrédito contribuiu para aumentar as vendas do seu negócio?

- ☐ Contribuiu muito
- ☐ Contribuiu razoavelmente
- ☐ Contribuiu pouco
- ☐ Não contribuiu
- ☐ Não respondeu / Não soube responder

12. O microcrédito contribuiu para aumentar a renda da família?

- ☐ Contribuiu muito
- ☐ Contribuiu razoavelmente
- ☐ Contribuiu pouco
- ☐ Não contribuiu
- ☐ Não respondeu / Não soube responder

13. O empréstimo contribuiu para que lhe desse uma condição de vida melhor?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não respondeu / Não soube responder

14. O (a) senhor(a) tem interesse em formalizar seu negócio?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não respondeu / Não soube responder

15. Qual a dificuldade de formalizar seu empreendimento?

- ☐ Desconhecimento da legislação.
- ☐ Falta de informações dos órgãos públicos.
- ☐ Burocracia
- ☐ Não respondeu / Não soube responder